

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SESIMBRA, Instituição Particular de Solidariedade Social, Pessoa Colectiva n. 501068040 com sede social na Avenida da Liberdade, n. 38 - 2970-635 SESIMBRA em Sesimbra.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Irmãos, nos termos Estatutários e da legislação em vigor em Portugal.

É da opinião da *Mesa Administrativa* que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERÊNCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011 e DL 98/2015: Base para a apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 220/2015: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria 218/2015: Código de Contas;
- d) Aviso 8259/2015: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respectivas Normas Interpretativas

2.2. Não foi derogada qualquer disposição da normalização contabilística para as ESNL que afecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da instituição.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Em 2024 agravaram-se as nossas dificuldades de tesouraria, sendo que a 31/12/2024 o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em cerca de 630 mil euros.

Apesar das dificuldades de tesouraria existentes não se perspetivam problemas de continuidade das operações da Santa Casa, dado que:

Registaram-se ainda alguns eventos positivos que podem melhorar a situação financeira da Santa Casa, nomeadamente o apoio que a CM de Sesimbra se comprometeu a entregar para pagar as obras de adaptação do edifício que foi ocupado pelo Centro de Saúde no valor de 325.000€+IVA e ainda o arrendamento de parte desse edifício (números 42 e 44 da Av da Liberdade), à CM pelo valor de 6.000€ /mês.

Temos os Pedidos de Informação Prévia da Câmara Municipal de Sesimbra tanto no terreno do Zambujal como no de Sesimbra. Entendemos realizável a alienação de pelo menos um deles com um valor bem superior a 700 mil euros. Tal permitirá a recuperação das atuais dívidas e também a possibilidade de sem mais sobressaltos percebermos a postura do novo Governo e em conformidade, agirmos.

Paralelamente a Santa Casa dispõe ainda de património adicional que lhe dá garantias de poder resolver e estabilizar a situação financeira da instituição, sublinhando que está em curso a avaliação de podermos contrair empréstimo bancário para esse efeito, durante 2025.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfazendo as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e relevante para os clientes e associados.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte da Mesa Administrativa com base nas demonstrações financeiras.

3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade; as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade, e ao longo do tempo, e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

O valor das prestações de serviços não é comparável com o exercício de 2022 porque os acordos de cooperação da segurança social, conforme Circular 93/2023 de 10/11/2023, passaram a ser registados nas Prestações de Serviços, assim como os Subsídios, doações e legados à exploração.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

(a) Rédito

As Prestações de Serviços são reconhecidas a afectar os resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros, afectando a parte financeira dos resultados correntes, também em base de acréscimo.

O rédito reconhecido está isento de IVA, ao abrigo do artigo 9.º do CIVA.

A Instituição reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas geradas são registadas na rubrica de diferimentos.

(b) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo. A Instituição não tem locações operacionais.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transacção e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

(c) Custos de empréstimos obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

(d) Subsídios públicos

A Entidade, nos períodos de relato em causa, não beneficiou de subsídios estatais à aquisição de activos fixos tangíveis. Apenas auferiu de subsídios à contratação de pessoal (IEFP, IP), os quais foram reconhecidos, em regime de acréscimo, ao ritmo dos gastos de pessoal subsidiados e subsídios da segurança social. Também recebeu subsídios do Município de Sesimbra.

(e) Benefícios dos empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

A Entidade não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

(f) Impostos sobre o rendimento

A entidade, no período de relato em causa, é isenta de imposto sobre o rendimento nas actividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, rendimentos de capitais, rendimentos prediais e ganhos de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais a partir do exercício de 1999, estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2021 a 2024 poderão vir a ser sujeitas a revisão, mas a mesa administrativa da Santa Casa acredita que, se porventura existirem correcções futuras, estas não serão de grande significado.

(g) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há situações de perdas de imparidade de Activos Fixos Tangíveis a registar.

Relativamente aos Activos Fixos Tangíveis adquiridos antes de 2003, durante muitos anos as depreciações foram calculadas multiplicando as taxas de depreciação pelo valor global de aquisição, não tendo em atenção a data de aquisição. Isto teve como consequência a sobrevalorização das depreciações acumuladas.

Relativamente aos bens adquiridos depois de 2003, as depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	3 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou

abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

(h) Justo valor Activos Fixos Tangíveis

Para os terrenos e edifícios integrantes dos activos fixos tangíveis, tomados em conjunto, não foram feitas avaliações por entidades especializadas, pois não há indícios de perdas de imparidade. Para a generalidade dos demais activos da empresa também não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

(i) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

(j) Inventários

Os inventários estão evidenciados no balanço pelo mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de acordo com a revisão que, no fim de cada período de relato, foi efetuada à sua quantia recuperável em face das condições de mercado.

(k) Créditos a receber e outros activos correntes

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de Créditos a receber e outros activos correntes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

(l) Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10.

(m) Fornecedores e outros passivos correntes

Handwritten signatures and initials in the right margin.

Handwritten signature at the bottom right.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.3. Juízos de valor

Na preparação das Demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

4. SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Serviços Prestados apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	2 091 412,69	1.995.528,57

Respeita essencialmente a mensalidades cobradas pelos Lares, ATL, Apoio domiciliário, Centro de dia, consultas de clínica geral, psicologia, acupunctura, fisioterapia e fraldas.

5. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024 a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava as seguintes quantias:

Contas	Fornecimentos Serviços Externos	2023	2024	Variação %
62	Fornecimentos Serviços Externos	725 904,23	656 423,47	-9,57%
621	Subcontratos			
6221	Trabalhos Especializados	325 808,12	313 329,16	-3,83%
6222	Publicidade e Propaganda	669,33	635,59	-5,04%
6223	Vigilância e Segurança	3 886,46	3 215,49	-17,26%
6224	Honorários	11 883,00	11 974,00	0,77%
6225	Comissões	0,00		
6226	Conservação e Reparação	35 810,31	23 331,08	-34,85%
6227	Serviços bancários	5 964,32	4 861,99	-18,48%
6228	Outros serviços especializados	92 980,78	48 811,35	-47,50%
62301	Ferramentas e Utensílios	42 009,10	46 071,90	9,67%
62302	Livros e documentação técnica	293,27	1 177,46	301,49%
62303	Material de Escritório	5 741,97	4 656,52	-18,90%
62304	Artigos p/ oferta	651,09	502,51	-22,82%
62305	Jornais e revistas	257,12		-100,00%
6238	Outros			
6241	Electricidade	51 278,55	48 053,73	-6,29%
6242	Combustíveis	27 626,89	21 239,75	-23,12%
6243	Água	7 448,86	6 396,13	-14,13%
6244	Água e electricidade condomínio			
6248	Outras energias e fluidos	24 130,50	22 397,77	-7,18%
6251	Deslocações e Estadas	1 516,80	3 202,57	111,14%
6252	Transporte de pessoal	0,00	100,00	100,00%
6253	Transporte de mercadorias			
6254	Refeições documentadas	472,69	870,65	84,19%
6261	Rendas e alugueres	27 731,91	35 521,89	28,09%
6262	Comunicação	15 726,29	15 838,13	0,71%
6263	Seguros	16 950,96	14 609,81	-13,81%
6264	Royalties			
6265	Contencioso e notariado	246,36	20,46	-91,70%
6266	Despesas de representação			
6267	Limpeza, higiene e conforto	26 503,07	29 298,56	10,55%
6299	Outros serviços	316,47	306,97	-3,00%

Em 2024 os Fornecimentos e Serviços Externos diminuíram 9.57% face a 2023 devido, essencialmente, à diminuição da Conservação e reparação e dos outros serviços especializados.

6. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Gastos com o Pessoal apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
REMUNERACAO ORGÃOS SOCIAIS	0	0
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	1.462.126,49	1.400.947,69
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	309.840,75	284.194,55
OUTROS GASTOS COM PESSOAL	61.058,51	45.568,93
TOTAL	1.833.025,75	1.730.711,17

O aumento nos gastos com o pessoal decorreu do aumento do salário mínimo nacional, que passou de € 760,00 (setecentos e sessenta e dois euros para € 820,00 (oitocentos e vinte euros) mensais, e da actualização dos vencimentos dos outros funcionários.

O número de empregados da entidade no período findo em 31 Dezembro de 2023 foi de 135 e no período findo em 31 Dezembro de 2024 foi de 128.

7. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Outros Rendimentos apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
RENDAS E OUTROS RENDIMENTOS	337.690,00	304.290,14
OUTROS	265.105,90	128.111,01
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	1.517,13	112,00
TOTAL	604.313,03	432.513,15

Houve um aumento de cerca de 39% nos Outros Rendimentos face ao exercício de 2023 devido, essencialmente, ao aumento das correções de exercícios anteriores.

SR JOAQUIM detalhe sff valor das rendas e outros rendimentos e diga a que respeitam, assim como os outros e explique aumento

8. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Juros e Gastos Similares Suportados apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
JUROS DE FINANCIAMENTOS SUPORTADOS	29.988,05	20.178,27
DIFERENÇAS DE CAMBIO DESFAVORÁVEIS		
OUTROS GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		
TOTAL	29.988,05	20.178,27

Os juros suportados tiveram um aumento de cerca de 34% face ao exercício de 2023 devido ao aumento dos financiamentos obtidos.

9. ACTIVO FIXO TANGÍVEL

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024 a rubrica do Activo Fixo Tangível apresentava as seguintes quantias:



ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF.ABATES	SALDO FINAL
TERRENOS	1,466,594.96	31,000.00			1,497,594.96
EDIFICIOS	4,594,504.42	103,445.78			4,697,950.20
EQUIPAMENTO BASICO	365,015.86	0.00			365,015.86
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	198,913.68	0.00			198,913.68
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	459.98	6,896.61			7,356.59
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	202,969.29	0.00			202,969.29
OUTROS ACT.FIXOS TANGIVEIS	193,885.11	0.00			193,885.11
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	-4,280,998.33	62,142.36			-4,343,140.69
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS EM CURSO	76,101.30	3,259.50			79,360.80
	2,817,446.27	8,653.56			2.899.905.80

O aumento verificado em terrenos e edifícios estão relacionados a doação de um edifício de JOAO NASCIMENTO entretanto falecido.

10. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024 a rubrica de créditos a receber apresentava as seguintes quantias:

ATIVO CORRENTE

DESCRIÇÃO	2024	2023
UTENTES CONTA CORRENTE	207.490.73	237.175.46
UTENTES COBRANÇA DUVIDOSA	130.879.71	157.167.17
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	-47.396.67	-31.654.17
PERDAS POR IMPARIDADES	-130.879.71	-157.167.17
TOTAL	160.094.06	205 521,29

ATIVO NÃO CORRENTE

DESCRIÇÃO	2024	2023
UTENTES CONTA NÃO CORRENTE	42 992,63	0.00

Encontra-se registado no balanço na rubrica de “Outros créditos e ativos não correntes” e corresponde às dividas de clientes anteriores a 2024 com saldos superiores a 5 mil euros, que estão a pagar em prestações.

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO		SALDO FINAL
			UTILIZAÇÃO	ANULAÇÃO	
219 PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	157 167,17	32.960.02	59.247,48		130 879,71



Foram contabilizadas Perdas por Imparidades, no valor de 32.960.02 €, relativa às dividas de clientes sem qualquer movimento no decorrer do exercício de 2024.

O valor de utilização de 59.247,48 €, corresponde a uma anulação da perda de imparidade relativa a divida do utente João Nascimento que fez a doação de um imóvel para abater a divida que tinha.

Existem dividas a clientes de aproximadamente 73 mil euros, com uma antiguidade superior a um ano, que os clientes têm vindo a pagar mas o valor aumentou de 2023 para 2024. Não foi constituída perda de imparidade, pois é convicção da Mesa e do Contabilista Certificado que essas dívidas vão ser recebidas.

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Diferimentos apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
RENDIMENTOS A RECONHECER	34.024,94	28.999,92
GASTOS A RECONHECER	4.101,85	17.070,92

Os rendimentos a reconhecer correspondem às rendas de Janeiro de 2025 facturadas em Dezembro de 2024.

Os gastos a reconhecer correspondem, essencialmente, aos seguros pagos em 2024 mas relativos a 2025.

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Caixa apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
CAIXA	11.775,29	10.063,02
DEPOSITOS BANCÁRIOS	15.173,06	76.858,49
OUTROS DEPOSITOS BANC+ARIOS	0	0
TOTAL	26 948,35	86.921,51

13.FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024 a rubrica de Fundos Patrimoniais apresentava as seguintes quantias:

CONTA	FUNDOS PATRIMONIAIS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51	FUNDOS	316.253,29			316.253,29
56	RESULTADOS TRANSITADOS	407.702,25		-191.695,25	216.007,07
59	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	1.274.207,16	65.623,94	4.307,82	1.335.523,28
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-191.695,25	32.984,99	-191.695,25	32.984,99

Na conta de Resultados Transitados, houve um decréscimo relativo ao resultado líquido de 2023, no valor de 191.695,25 €, devido a aplicação do resultado do ano anterior

Na rubrica de Outras Variações nos Fundos Patrimoniais, houve um aumento no valor de 65.623,94 €, referente a doação de um imóvel, e a diminuição diz respeito à imputação anual dos subsídios e às depreciações do exercício dos edifícios doados. Estes subsídios e doações são depreciados à mesma taxa dos activos fixos a que respeitam.

14.FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Fornecedores apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
FORNECEDORES GERAIS	390 962,21	428.893,29

Estão incluídas as seguintes dívidas do ano(s) anteriores: da Serunion (169.295,48 €), Paul Hartmann (77.725,55 €) e Exaclean (32.915,11 €) que tem faturas desde 2022 e 2023.

O fornecedor Serunion colocou um processo contra a Santa Casa devido à dívida existente. A Santa Casa já contestou e pretende baixar o valor significativamente.

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
IRC – RETENÇÃO DE PREDIAIS	8.112,40	1.975,00
IVA A RECUPERAR	1.975,11	293,76
TOTAL	10.087,51	2.268,76
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES	-6.573,04	-6.262,04
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	-50.474,86	-34.938,04
TOTAL	-57.047,90	-41.200,08

Existe uma dívida à segurança social relativa aos meses de XXX para a qual foi feita um acordo e que está a ser paga em prestações. A 31/12/2024 esta dívida tinha o valor de 13.371,66.

Não há dividas em mora ao Estado

16. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Outros Activos Correntes apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2024
PESSOAL	219,84	219,84
FORNECEDORES	6.837.72	2.283.77
OUTRAS CONTAS RECEBER	56.854.57	49.802.21
TOTAL	63.912.13	52.305.82

Os outros activos correntes correspondem, essencialmente, aos acréscimos de rendimentos, no valor de 27.522.66 €, nomeadamente, as rendas do arquitecto Paulo (13.250.00€) e a comparticipação que a Misericórdia vai receber em 2025 da Câmara Municipal de Sesimbra, relativa ao parque de estacionamento do Minipreço (14.240.56€). E aos projetos do Instituto de Formação Profissional ainda por receber.

17. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de subsídios à exploração apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
SUBSIDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	70 877,39	97.586,79

Verificou-se uma diminuição de 27% face a 2023 dos subsídios à exploração devido, essencialmente, a diminuição dos subsídios da Camara Municipal de Sesimbra.

18. IMPARIDADES DAS DIVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Imparidades das dividas a receber (perdas/reversões) apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
IMPARIDADES DAS DIVIDAS A RECEBER DE UTENTES	32.960.02	47.035.95
REVERSÕES DE DIVIDAS DE UTENTES	59.247.48	1.751.12
TOTAL	26.287.46	45.284.83

Foi registado um reforço das Perdas por Imparidades, no valor de 32.960.02 €, relativa às dividas de clientes sem qualquer movimento no decorrer do exercício de 2024.

O valor das reversões de 59.247,48 €, corresponde, essencialmente, a uma anulação da perda de imparidade relativa a dívida do utente João Nascimento que fez a doação de um imóvel para abater a dívida que tinha.

19. OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Outros Gastos apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
IMPOSTOS INDIRECTOS	2.051.96	3.140.11
DIVIDAS INCOBRÁVEIS	0	0
CORRECÇÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.217.18	23.311.83
QUOTIZAÇÕES	720,00	600,00
DONATIVOS E OFERTAS	114.249.87	68.814.95
OUTROS	0	20.10
TOTAL	122.289.01	95.886.99

Verificou-se um aumento de 28% face a 2023 devido ao aumento dos donativos em espécie.

20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Outros Passivos Correntes apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
CLIENTES	49.702,98	43.885,47
PESSOAL	0	746,06
OUTRAS CONTAS A PAGAR	204.612,48	218.843,24
TOTAL	254.315,46	263.474,77

Os clientes correspondem, essencialmente, às cauções recebidas dos utentes aquando da entrada na instituição.

As outras contas a pagar correspondem essencialmente ao acréscimo de férias e subsídio de férias referentes a 2024, a pagar em 2025.

21. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Financiamentos Obtidos apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
FINANCIAMENTOS OBTIDOS – NÃO CORRENTE	412.854,69	494.326,92
FINANCIAMENTOS OBTIDOS – CORRENTE	167.137,62	141.119,74

Financiamentos obtidos	Valor em dívida	data de início	data de fim	Tipo financiamento
CCAM	20 922,69	1/01/2025	31/12/2025	Emprestimo bancario
CCAM	44 444,40	1/01/2025	31/12/2025	Emprestimo bancario
Montepio	48 090,37	1/01/2025		Conta Caucionada
Montepio	9 240,55	1/01/2025	31/12/2025	Emprestimo bancario
BPI - 1435	2 433,40	1/01/2025	31/05/2025	Contrato de Leasing
Santander - Viatura AS-87-TV	5 467,25	1/01/2025	31/12/2025	Contrato de Leasing
Montepio	36 538,95			Saldo credor Dep, Ordem
Financiamentos correntes	167 137,62			
CCAM	264 151,40	1/01/2026	13/12/2034	Emprestimo bancario
CCAM	59 259,40	1/01/2026	31/12/2024	Emprestimo bancario
Montepio	84 599,08	1/01/2026	30/11/2032	Contrato de Leasing
Santander - Viatura AS-87-TV	4 844,81	1/01/2026	31/12/2026	Contrato de Leasing
Financiamentos não correntes	412 854,69			

A “data de início” corresponde às datas das próximas amortizações e a “data do fim” à data da ultima amortização. Os Financiamentos pagam juros à taxa de mercado.

22. CUSTO DAS MATERIAS CONSUMIDAS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Custo das Matérias Consumidas apresentava as seguintes quantias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
EXISTENCIAS INICIAIS	21.947,70	16.983,97
COMPRAS	42 158,38	58.519,37
EXISTENCIAS FINAIS	8.069,04	21.947,70
CMVMC	56.037,04	53.555,64

23. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Existem 2 litígios contra a Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, um do fornecedor “Serunion” e outro de uma funcionária. Dado que não se consegue prever nem o resultado das ações judiciais nem o valor a pagar, caso a Instituição perca as ações, não foi constituída nenhuma Provisão.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ao nível de eventos ocorridos após o termo do exercício com relevância para a Santa Casa, assinalamos o atraso, pontual, por dificuldades de tesouraria no pagamento dos salários de Junho/25 (cerca de 18.000 que serão regularizados ainda em julho25)..

Nota: As notas que não constam deste anexo não se aplicam a esta Instituição.

Mesa Administrativa

Contabilista ~~Certificado~~

And see - Dunes

Compound free digm:

Amber Joshi Sahaw Panset

Santhosh Kumar
B.Tech. 2018

Parasitism and Symbiosis

~~Procaprio Samuel John (Jr.)~~
Procaprio Samuel John Jr. of Adriano

Contabilista Certificado